

O ENSINO DE CIÊNCIAS NO PROCESSO INCLUSIVO DO ALUNO COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA.

Autora: Alexandra Carvalho Cardoso¹

Estudante de Graduação

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará

Orientadora: Diselma Marinho Brito³.

Doutora em Educação

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará

¹Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará/ alexandracarvalho228@gmail.com

³Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará/ dimarinhobrito@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo faz parte da pesquisa de nosso trabalho de conclusão de curso, que tem como objetivo principal investigar o ensino de ciências no processo inclusivo do aluno com TEA, dentro desse contexto está sendo abordado primeiramente o histórico do processo de inclusão da Educação especial no Brasil, em seguida a inclusão do aluno com TEA na rede regular de ensino, após isso realizamos uma pesquisa de campo em uma escola da rede regular. Utilizamos uma metodologia de pesquisa de campo, com aplicações de questionários semiestruturados, onde se optou por um estudo de caso com abordagem qualitativa, descrita com dados coletados a partir de observações e entrevistas realizadas com professores e o aluno autista. Tal abordagem é importante na obtenção de conhecimento sobre o processo inclusivo do aluno com Autismo, pois se observa uma dificuldade enfrentada por docentes em desenvolver a educação inclusiva do aluno com TEA.

Palavras chaves: **autismo.inclusão.ensino.ciências.**

INTRODUÇÃO

A luta pelos direitos humanos encontra seus princípios na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a qual se estabeleceu a partir da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que assegurou o desenvolvimento de políticas que viabilizaram a efetivação escolar, garantindo, dessa forma, um atendimento voltado para a escolarização dos deficientes. A mesma determina ser a educação um direito de todo ser humano independente de suas necessidades específicas ou não.

A educação exerce papel importante em qualquer país e, com o Brasil não poderia ser diferente. Desse modo, no art.205 a Constituição Federal configura a: Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Diário Oficial da União/ 23 de dezembro de 1996).

No Brasil o processo de inclusão obteve maior atenção somente na década de 90 a partir do movimento de “Educação para todos” onde foi reivindicado o direito à cidadania do portador de necessidades especiais, contudo de forma mundial esse propósito começou a ser discutido nas diretrizes políticas desde 1948, pelo processo da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (SANTOS,2001).

A Declaração de Salamanca (1994) veio reafirmar o compromisso com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de ser o ensino ministrado no sistema comum de educação, inclusive para todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. Além disso, considera que as escolas regulares são os meios mais eficazes para combater as atividades discriminatórias, criando comunidades solidárias, constituindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. Esta declaração garante o acesso à educação, além das crianças com incapacidades e deficiências, aquelas que, experimentando dificuldades na escola, temporária ou permanente, tiveram condições de completar apenas um ou dois anos de educação fundamental, forçadas a repetir séries por uma variedade de motivos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é muito importante para garantir o direito social da pessoa portadora de algum tipo de deficiência, mesmo não se referindo diretamente a educação especial, mas a partir do propósito que se defende a igualdade entre os homens e o direito à educação a todos os indivíduos, assegura-se indiretamente o movimento de inclusão social do portador de necessidades educativas especiais.

O processo de inclusão é um propósito que busca sobre tudo uma mudança de postura e de olhar diante da limitação do portador e a partir de então necessita da quebra de paradigmas para que haja de fato uma reformulação no sistema de ensino e assim possa-se alcançar uma educação de qualidade que atenda a necessidade do aluno e assegure a permanência do mesmo na escola a partir da integração positiva, ou seja, do retorno de aprendizagem que o aluno apresentara como resultado da proposta almejada.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo (VARELLA, 2014).

A partir da abordagem temática da inclusão do aluno com Transtorno de Espectro Autista na rede de ensino, verifica-se que esse público está cada vez mais presente no ambiente escolar, sendo necessário se fazer uma análise acerca de sua inclusão no processo educativo, envolvendo a disciplina ciências a fim de que se possa ter uma melhor compreensão a respeito do tema e posteriormente consiga-se elaborar estratégias de ensino com uma metodologia que atenda a real limitação da aluna e facilite seu aprendizado.

A opção por essa problemática surgiu pelo fato de que são frequentes as reclamações dos pais e professores em relação ao trabalho a ser desenvolvido com os deficientes intelectuais no ensino regular, visto que não possuem compreensão igual aos ditos “normais”. Essa questão tem gerado conflitos entre professores, técnicos, gestores, e pais, estes por não conhecerem a importância da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Desse modo, a pesquisa é um caminho para pontuar a questão inclusiva do educando Autista, oferecendo subsídios aos educadores no que tange o processo de inclusão do mesmo a fim de que seja norteada uma prática pedagógica mais reflexiva a respeito da inclusão, com o intuito de realmente promover a integração garantindo, assim, o sucesso e a permanência do educando com necessidade educacional especial na rede regular de ensino. E através dos conhecimentos adquiridos possa-se discutir e analisar o processo de inclusão a partir de suas bases históricas e legais, partindo do pressuposto que investigar essa questão é de suma importância para a comunidade escolar, embora o conhecimento sobre o ato de inclusão ainda seja pouco difundido.

A INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA

Diante da problemática acima citada o presente trabalho tem como objetivos: analisar o ensino de ciências; investigar o contexto histórico da educação especial; abordar a inclusão do aluno com TEA no processo inclusivo do ensino de ciências. Uma das grandes necessidades é que se tenha uma educação de qualidade para a pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Com isso, pretende-se desenvolver esta proposta com uma pesquisa de campo para conhecer como está se dando o processo de inclusão da pessoa com TEA na rede regular de ensino; através de entrevistas e questionários com professores e o aluno; fazer uma pesquisa bibliográfica que possibilitará o aprofundamento teórico do tema “Autismo”; A referida pesquisa realizar-se nas dependências da EEEFM Prof^a Carmem Cardoso Ferreira, no município de Abaetetuba, por se tratar de uma escola com as características fundamentais para nossa pesquisa.

As informações serão obtidas inicialmente através de levantamento bibliográficos, bem como, coordenadores, professores, por manterem contato diretamente com esses deficientes intelectuais, e com seus respectivos pais.

Para coleta de dados, serão pautadas algumas etapas: inicialmente será realizada através de observação direta e indireta na sala de aula e sala de atendimento especializado, e após, com aplicação de questionários e entrevistas com questões semiestruturadas, junto aos professores, técnicos, gestor e pais para que dessa forma se tenha clareza do entendimento destes profissionais no que tange a inclusão da pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

CONCLUSÃO

Portanto, a inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, atingindo desse modo o próprio indivíduo que apresenta necessidades especiais. Qualquer tentativa de inclusão deve ser analisada e considerada em seus mais diversos aspectos, a fim de termos a garantia de que esta será a melhor opção para o indivíduo que apresenta necessidades especiais (CORREIA, 1997).

Assim, verificamos que uma das implicações da inclusão escolares mais discutidas tem sido a questão da formação do corpo docente das escolas (tanto a formação inicial como a continuada). Quanto a esse aspecto consideramos necessário que os professores sejam efetivamente capacitados para transformar sua prática pedagógica. Essa capacitação não deve se resumir a uma palestra, a um curso ou a um seminário isolado, e sim a um acompanhamento contínuo (GLAT, 1998), pois ações isoladas são consideradas paliativas e não resolvem o problema em questão.

Concluimos que o paradigma da inclusão é recente em nossa sociedade. Como qualquer situação nova, incomoda, provoca resistências, desperta simpatia e também críticas, mas é necessário e urgente que pesquisadores e professores compreendam melhor as complexidades do cotidiano da sala de aula, especialmente quando se trata de alunos com deficiência.

REFERENCIAS

- BRASIL – Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 .Brasília : Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.
- CORREIA, L. M. *Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares*. Porto: Porto Editora, 1997.
- FAVERO, Eugênia Augusta. Educação Especial e Inclusão. Revista Crianças Ministério da Educação, junho /2005.
- GLAT, R. *A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1995.
- MANTOAN, Maria Tereza Égler; PRIETO, Rosângela. Inclusão Escolar : Pontos e Contrapontos . In: Arantes, Valéria Amorim (org.). São Paulo: Summus, 2006 .
- PIRES, José; PIRES, Gláucia N. da Luz. *A integração escolar de crianças de necessidades especiais na classe regular: Implicações legais e compromissos social*.
- VOIVODIC, Maria Atonieta M.A. *Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Dow*, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vazes, 2004.
- SANTOS, M.P (2001). *A inclusão da criança com necessidades educacionais especiais*.RJ; www.regra.com.br/educação. Capturado em 21/09/01.
- VARRELA, DRAUZIO (2014). *TEA – Transtorno do Espectro Autista II*. SP; <http://drauziovarella.com.br/crianca-2/tea-transtorno-do-espectro-autista-ii/> . Publicado em 30/01/2014.